

Demografia dos povos indígenas do Alto Rio Negro

Marta Maria Azevedo*

O objetivo desta pesquisa, desenvolvida no âmbito do Doutorado em Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, é realizar um estudo demográfico dos povos indígenas do Alto Rio Negro sensível às variáveis culturais, históricas e ambientais da região.

Pesquisas demográficas sobre as sociedades nativas das terras baixas da América do Sul, especialmente as localizadas no Brasil, são praticamente inexistentes. A categoria "índio" só foi levada em conta como categoria específica no último Censo Demográfico do Brasil, em 1991, no quesito *cor* (1). Duas questões se colocam nesse último censo: a noção de "índio genérico" (essas sociedades nunca foram recenseadas tomando como unidade as etnias) e o recenseamento apenas das populações que residem em postos indígenas da Fundação Nacional do Índio (Funai) ou em missões religiosas (ver IBGE, 1990:10). Qualquer antropólogo sabe que há, no Brasil, um contingente populacional indígena significativo que não se enquadra nessas condições. Uma das razões que motivou a realização do Censo Indígena Autônomo do Alto Rio Negro foi exatamente o descontentamento em relação a estes critérios es-

tabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Esta pesquisa tem como ponto de partida a seguinte premissa: um estudo demográfico adequado às populações indígenas deve, antes de mais nada, libertar-se da categoria problemática "índio genérico". Além disso, pesquisas demográficas sobre os povos indígenas devem ser sensíveis não apenas ao contexto ambiental e histórico, mas, principalmente, às características sociais e culturais dessas populações: estruturas sociais, sistemas políticos, sistemas rituais, cosmologias etc.

Base geográfica

A região focalizada pela pesquisa é o vale do Alto Rio Negro, localizado no extremo noroeste do Estado do Amazonas, município de São Gabriel da Cachoeira. A população dessa região é formada predominantemente por diferentes etnias indígenas, mas também por missionários católicos (salesianos) e pentecostais, por militares do Exército (lotados em quartéis de fronteiras e batalhões de construção de estradas) e, mais recentemente, por migrantes nordestinos ou do próprio Estado do Amazonas (residentes na sede do município de São Gabriel e, em menor número, nas sedes de seus distritos).

Trata-se uma extensa planície, quase completamente plana, apenas interrompida por massas graníticas isoladas e esparsas, cortada por uma rede hidrográfica com expressiva variação de

* Doutorado em Demografia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e membro do MARI – Grupo de Educação Indígena, Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP).

(1) Nos censos anteriores as populações indígenas eram contadas como pardas, sempre dentro do quesito *cor*.

volume d'água, associada a um regime de chuvas equatorial. Muitos rios da região apresentam trechos com corredeiras e cachoeiras que dificultam sua navegabilidade, sobretudo durante a "seca". O pico de cheia do ciclo hidrológico ocorre normalmente em agosto, e o de vazante, em fevereiro.

A cobertura vegetal característica dessa região é a floresta de terra firme, com áreas de caatinga (mata mais baixa e mais pobre que a floresta). Estudos sobre a diversidade botânica e zoológica regional indicam altos níveis de diversidade aliados a baixos níveis de produtividade pesqueira em sistemas fluviais de água preta, como o do Rio Negro (Morán, 1990).

Os padrões de assentamento das populações nativas que lá vivem mostram que as maiores concentrações demográficas ocorrem em regiões onde os solos são mais produtivos ou onde existem mais recursos pesqueiros. Portanto, nas regiões de caatinga a densidade populacional parece ser mais baixa que na região da floresta. Fatores sócio-históricos como guerras intertribais, aprisionamento de escravos, movimentos milenaristas, epidemias e a presença dos missionários vêm modificando esses padrões. Hoje em dia, grande parte da população da região distribui-se em comunidades localizadas ao longo dos cursos d'água.

Áreas indígenas e etnias

Os povos dessa região, do lado brasileiro, pertencem a três grandes famílias lingüísticas: Tukano, Aruak e Maku. Os de língua tukano (todos do grupo tukano oriental) são os seguintes: Barasana, Jurité, Kubéwa (Cubeo), Suriána, Arapaso, Wanana (Uanano), Desana, Karapaná (Carapaná), Pira-Tapuia, Tukano, Miriti-Tapuia, Bara, Tuyuka e Tariana. Os de língua maku são Bara (existem duas denominações Bara,

uma maku e outra tukano), Hupdu, Dow (Camã), Nadeb, Yuhup e Guariba (Nukak). Os de língua aruak são: Baniwa, Baré e Werekena.

São 15 as terras indígenas reconhecidas oficialmente nessa região, a maior parte habitada por povos de diferentes etnias, devido à própria estrutura social dos mesmos. O movimento indígena do Rio Negro, por meio da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), reivindica uma área única, no lugar das atuais "ilhas" territoriais.

Organização social

A região etnográfica do Rio Negro apresenta alguns traços de estrutura social também verificados em outras regiões da Amazônia, entre os quais convém ressaltar: (a) ausência de profundidade genealógica (embora o parentesco tenha um papel crucial na estrutura social desses povos, o cálculo genealógico dos indivíduos não parece ser capaz de recuar por muitas gerações); e (b) terminologias de parentesco de tipo dravidiano (sistemas que equacionam tipos de parentes tais como "irmão da mãe" e "irmã do pai" a "sogra" e "sogra", respectivamente; filhos do "irmão da mãe" e da "irmã do pai" a afins e não a consangüíneos, ao contrário dos filhos da "irmã da mãe" e do "irmão do pai"; "filho(a)s da irmã de um homem" assim como "filho(a)s do irmão de uma mulher" a "genro" e "nora", e assim por diante).

Além destes traços, os povos do Rio Negro são marcados por algumas características peculiares tais como: (c) a incorporação de um princípio de descendência *agnática* (transmissão da qualidade de membro de um grupo definido por uma regra de patrilinearidade), associado a uma regra de residência *virilocal* (a mulher vai morar na comunidade do marido): em resumo, são

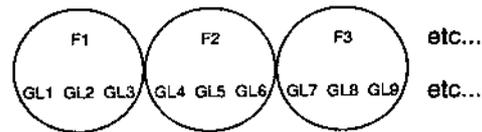
do grupo de descendência de um indivíduo apenas os membros do grupo de seu pai (e não os de sua mãe), assim como idealmente são co-residentes de um indivíduo todos os homens solteiros e casados de seu grupo de descendência, junto com suas esposas (necessariamente "estrangeiras"), e apenas as mulheres solteiras (tias paternas, irmãs e filhas) de seu grupo de descendência (potencialmente esposas de "estrangeiros", com quem passarão a residir depois do casamento); e (d) engendramento de fórmulas elaboradamente estruturadas de relações sociais marcadas, em determinados níveis, pela hierarquia e englobamento e, em outros, pela simetria e reciprocidade, como poderá ser observado a seguir.

Hierarquia

Tanto os povos tukano quanto os povos aruak (notadamente os Baniwa) desenvolveram fórmulas de sociabilidade hierarquizadas, que acabaram por englobar os povos de língua maku, tomados "servos" ou "criados". Em linhas gerais, o que distingue propriamente a fórmula tukano da fórmula aruak parece estar associado às formas de reprodução dos grupos sociais e, conseqüentemente, à troca matrimonial: enquanto os povos aruak se casam "entre si" (em outras palavras, o cônjuge é idealmente alguém que fala a mesma língua), os povos tukano desenvolveram um princípio de "exogamia lingüística" (em resumo, o cônjuge é idealmente alguém que fala uma língua diferente, conceituado em termos nativos como um indivíduo etnicamente distinto).

Um grupo lingüístico tukano (aqui caracterizado como uma população lingüisticamente homogênea e como um grupo exogâmico) se define em relação aos demais grupos ora como *agnata*, ora como *afim*. Assim, por exemplo, as populações de língua bará e tukano se

definem como *agnatas* entre si e como *afins* da população de língua tuyuka (Jackson, 1984:159). Esta relação de agnação postulada (como, por exemplo, entre as populações de língua bará e tukano) gera agregados demográficos exogâmicos, geograficamente dispersos e lingüisticamente heterogêneos, que são denominados *fratrias* pelos especialistas na região. Em resumo, as *fratrias* (F) são conjuntos de grupos lingüísticos (GL) definidos por uma regra de exogamia:



O grupo lingüístico é interpretado, em termos nativos, como um conjunto de parentes agnáticos descendentes de um grupo de irmãos-ancestrais míticos. O primogênito ancestral é tomado como o *ascendente focal* de todo o grupo lingüístico. Além disso, os irmãos-ancestrais são ordenados segundo a ordem de nascimento, do mais velho ao mais novo, fornecendo a fundamentação ideológica para o estabelecimento de relações de hierarquia (diretamente articuladas à divisão social do trabalho) no interior do grupo lingüístico.

Esta estrutura hierárquica acaba por definir subgrupos, que são conhecidos na literatura da região como *sibs*. O *sib* pode ser definido como um conjunto de indivíduos, detentores de uma série de tradições comuns, que se consideram descendentes em linha direta de um dos *irmãos-ancestrais-míticos* fundadores do grupo lingüístico. São, segundo os habitantes da região, "os netos de um só homem" (Chernela, 1981:62). O *status* de cada um dos *sibs* é função direta da posição relativa do ancestral em relação a seus irmãos. Desta forma, o *sib* des-

cedente do ancestral primogênito é o *sib* hierarquicamente mais alto, o *sib* descendente do segundo irmão mítico é o segundo hierarquicamente mais alto, e assim sucessivamente.

GL1	GL2	GL3	etc...
Sib1	Sib1	Sib1	
Sib2	Sib2	Sib2	
Sib3	Sib3	Sib3	
.....	
Sibn	Sibn	Sibn	

Hugh-Jones (1979:56ss.) propõe um modelo em que os grupos de descendência geram (até) cinco unidades sociológicas hierarquizadas e funcionalmente interdependentes: *chefes, dançarinos-cantores, guerreiros, xamãs e servos*, os primeiros e os últimos relacionados à esfera político-econômica, os segundos e os quartos ligados à esfera metafísica, e os terceiros associados à esfera das relações com a exterioridade das unidades locais.

O número de *sibs* de um grupo lingüístico pode, dentro de certos limites que ainda estão por ser definidos de modo mais preciso, variar na região. Assim, por exemplo, os Tukano parecem se dividir em 26 *sibs*, os Cubeo em 18 etc. Vale ressaltar, mais uma vez, que os povos aruak, notadamente os Baniwa, apresentam uma configuração interna bastante semelhante aos grupos lingüísticos tukano, com a diferença fundamental de que os Aruak podem casar entre si. Convém ainda assinalar que é precisamente a formulação hierárquica definida acima o que permite incluir os povos de língua maku na estrutura social da região: os Maku são conceituados como descendentes diretos de indivíduos que foram *criados/servos* dos irmãos-ancestrais, e, por isso mesmo, são *criados* dos povos atuais, o que os torna os últimos (os mais inferiores) no quadro da estrutura hierárquica.

Simetria

Segundo pesquisadores como Chernela (1981:64), os *sibs* se articulam, para fins matrimoniais, em três *classes de geração*, entendidas como *grupos*, superior, médio e inferior, respectivamente classificados pelos nativos como "netos", "tios" e "avós". Curiosamente, aqui a diferença geracional ("netos", "tios" e "avós") sinaliza de maneira inversa à diferença etária (mais velhos e mais novos) o *status* do *sib*. Em poucas palavras, são os "netos" (e não os "avós") os superiores e assim por diante. Assim, por exemplo, sejam dois grupos lingüísticos tukano diferentes:

GL x	GL y
superiores	superiores
médios	médios
inferiores	inferiores

Os indivíduos de uma determinada *classe de geração* de um GL vão classificar os indivíduos de *mesma classe de geração* de um outro GL de "irmãos". Assim, por exemplo, os superiores do GL x vão classificar os superiores do GL y de "irmãos" etc. Entre superiores e médios, assim como entre médios e inferiores, os primeiros classificarão os segundos como "tios" (e serão por estes classificados como "sobrinhos"). Finalmente, entre superiores e inferiores, os primeiros serão classificados pelos segundos como "netos" (e serão por estes classificados como "avós"). É preciso não confundir as categorias de parentesco com as de *classe de geração*. Uma coisa é o *irmão* (sem aspas) de um determinado indivíduo, entendido como um consangüíneo de mesma geração (evidentemente, *do mesmo grupo lingüístico*). Uma outra coisa é o *irmão* (com aspas) de um determinado indivíduo, entendido como o *membro de um grupo lingüístico diferente* (portanto, um afim, potencial ou real, jamais um consangüíneo), de mesmo *status*.

Segundo Chernela (1981:65), idealmente, o casamento só pode ocorrer entre *sibs* da *mesma classe de geração*. Ora, este ponto remete a um aspecto muito interessante deste tipo de estrutura social. Se as relações sociais instituídas pelos laços de descendência (e da consangüinidade) são marcadas pelo paradigma da hierarquia e do englobamento, as relações sociais instituídas pelo casamento (e pela afinidade) parecem ser regidas pelo paradigma da simetria e da igualdade. Se *no interior* do grupo lingüístico os *sibs* se relacionam de forma hierarquizada e são similares uns aos outros (uma vez que são todos eles descendentes de um mesmo grupo de irmãos ancestrais), *entre* grupos lingüísticos distintos os *sibs* se relacionam de forma simétrica e são diferentes (por definição) e complementares uns em relação aos outros.

Outros aspectos associados às práticas de casamento no Rio Negro podem ser tomados como evidências independentes que permitem corroborar este modelo de simetria e complementaridade. Em primeiro lugar, não obstante a heterogeneidade lingüística e étnica da região, os povos do Rio Negro apresentam terminologias de parentesco de tipo dravidiano (sistemas que expressam uma regra prescritiva de casamento de primos bilaterais – filhos de irmão da mãe e filhos de irmã do pai). Em outras palavras, sistemas de parentesco fundados em um regime de troca simétrica, que, na região, é interpretado como uma fórmula de intercâmbio de irmãs entre grupos lingüísticos diferentes. Desta maneira, o que se tem idealmente é um regime em que um grupo troca uma irmã por uma esposa:



Assim, por exemplo, entre os Bará, o termo *hikaniyā* (*hika*, "um") pode ser traduzido como "casamento de um casal" e o termo *pūániyā* (*pūá*, "dois"), como "casamento de dois casais". Uma mulher casada vai ser classificada por seu marido como *pūáya mahkó* ou *hikáyā mahkó*, respectivamente, se ela for parte de uma troca matrimonial entre seu grupo e o grupo da esposa ou não (Jackson, 1984:163).

Além da troca direta, um outro traço importante do casamento manifesta-se no ideal de parentesco entre cônjuges: em resumo, casa-se com alguém com quem seja possível traçar relações genealógicas. Para um homem, por exemplo, o casamento ideal é com a prima cruzada real (filha da irmã do pai e/ou filha do irmão da mãe) ou próxima (Jackson, 1984:167).

Levantamentos populacionais

No *Anuário Estatístico* do IBGE de 1977, a população estimada do município de São Gabriel da Cachoeira era de 12.837 pessoas. No *Censo IBGE 1980* (vol. I, Tomo 4, nº 8, Amazonas), a população total (indígena e não-indígena) do município corresponde a 19.578 habitantes, sendo 9.983 homens e 9.595 mulheres. Esse censo não diferenciou a população indígena da não-indígena: o que importava era apenas a cor das pessoas. Uma vez que os índios foram classificados como "pardos", a população por cor da região, conforme o censo, era a seguinte em 1980: *branca*: 606 pessoas, sendo 348 homens e 258 mulheres; *parda* (*onde foi incluída a população indígena*): 18.852 pessoas, sendo 9.552 homens e 9.300 mulheres.

As outras "cores" (negros etc.) aparecem com números irrelevantes: 112 pessoas, sendo 81 homens e 31 mulheres. Ainda conforme o Censo de 1980, dos 19.578 habitantes de São Gabriel, 18.535 são nascidos no município e

apenas 1.043 pessoas são provenientes de outros estados ou países (espanhóis, italianos e portugueses). O *Anuário Estatístico* de 1991 é o primeiro trabalho do IBGE que traz um capítulo especial sobre as áreas indígenas do Brasil. Neste livro, a população indígena estimada no município de São Gabriel da Cachoeira é de aproximadamente 15.200 pessoas. A publicação utiliza o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) e a Funai como fontes para as estimativas das populações indígenas.

Segundo o CEDI (1983), a população indígena na região era de 10 mil a 15 mil em 1983; para o CIMI (1982), esta era de 14.302; conforme o levantamento do CEDI/Museu Nacional, publicado em 1990, a população indígena local somava, então, aproximadamente 13.500 (CEDI, 1991: 99-100 e 141).

No laudo antropológico elaborado pela Funai em 1992, para a solicitação da demarcação da área única do Alto Rio Negro, foi registrada a existência de 457 comunidades. Este laudo, baseado em fontes diversas, oficiais e não-governamentais, registra uma população de 13.812 pessoas vivendo em 371 comunidades. As 86 comunidades restantes não dispõem de dados populacionais. Apesar dessas lacunas, o laudo da Funai tem sido considerado uma das melhores fontes sobre a região, até a realização do Censo Indígena Autônomo, ainda em 1992, que recenseou 18.526 indivíduos distribuídos em 394 comunidades.

Movimento Indígena do Rio Negro

A partir de meados da década de 80, surgem na região do Rio Negro várias organizações indígenas com base em microrregiões ou rios, com o objetivo de articular as comunidades (grupos locais) em torno de questões comuns: econômicas, sanitárias, escolares e fun-

diárias. Essas organizações atuam no campo da representação e negociação dos interesses indígenas com o Estado brasileiro.

A questão que se coloca hoje para esses povos é a sobrevivência física e cultural numa relação de contato permanente com segmentos da sociedade não-índia, principalmente militares, missionários, comerciantes, garimpeiros, agências oficiais diversas e entidades indigenistas não-governamentais. Os povos nativos do Rio Negro apresentam um razoável grau de escolarização se comparados aos demais grupos indígenas no Brasil, em virtude da presença dos missionários salesianos desde o início deste século, o que tem possibilitado a articulação dessas organizações de maneira bastante estruturada: muitas têm registro, estatutos, atas e diretorias eleitas periodicamente. Contudo, é oportuno sublinhar que esse grau de escolarização não foi adquirido sem um alto preço: a repressão de seus valores sociais tradicionais, especialmente os religiosos.

Com a implantação do projeto Cailha Norte (Buchillet, 1991: 107-115), inicia-se um processo de cooperação entre os militares e os povos da região. Nesse contexto é criada, em 1986, a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), com sede na cidade de São Gabriel da Cachoeira. Pouco tempo depois a FOIRN distanciou-se dessa parceria e, ao longo desses últimos oito anos, vem consolidando sua posição como articuladora das organizações locais, mediante a prestação de inúmeros serviços, entre eles o acompanhamento do processo de demarcação dos seus territórios tradicionais, reivindicando uma área única para os povos que habitam a região, no lugar das 15 "ilhas" territoriais.

Além da FOIRN, existem hoje no Rio Negro cerca de 20 organizações indígenas locais, das quais duas são associações de mulheres. Em Manaus

há duas outras associações, uma de mulheres e outra de estudantes indígenas, das quais participam indivíduos egressos dessa região. Estimativas dessas duas últimas associações indicam a presença de mais de 2 mil índios do Rio Negro em Manaus.

O Censo Indígena Autônomo

As estimativas populacionais dos povos nativos do Rio Negro são tão díspares que sugerem a sua inconsistência. Além disso, só parecem se preocupar com a contagem total da população; no máximo, tais estimativas visam estipular o total por "povo" (categoria de difícil definição no Rio Negro, devido ao tipo de estrutura social da região).

Em 1992, as organizações indígenas da região, junto com a FOIRN, decidiram elaborar um projeto para financiar a realização de um censo populacional indígena autônomo. O projeto teve como objetivo o mapeamento da realidade demográfica da região do Alto Rio Negro, tendo sido motivado pelas sucessivas falhas dos recenseadores do IBGE em 1991 e, ainda, pelas diferentes cifras populacionais apresentadas por diversas instituições. Essas disparidades eram significativas na medida em que serviam de base para a formulação de políticas de assistência à saúde e educação e, principalmente, para a definição de políticas fundiárias. Na ocasião, as lideranças indígenas afirmaram, por exemplo, que "[...] na região de Cucuí, de 16 comunidades indígenas, apenas 5 foram contatadas [pelos recenseadores]; no Alto Içana, os recenseadores não chegaram a ir nas comunidades das regiões de fronteiras; na região do Rio Curicuriari não chegaram a ir recenseadores e em São Gabriel a população indígena, que é maioria, não foi contada como população indígena" (FOIRN, 1992).

O movimento indígena da região decidiu, ainda, que o censo seria um

serviço prestado pelas organizações às suas comunidades, para melhor planejar seus trabalhos e reivindicações. Dessa forma, o banco de dados resultante do censo é de propriedade das organizações indígenas, a ser utilizado segundo seus próprios critérios.

São participantes do Censo Indígena Autônomo as seguintes organizações: CACIR – Comissão de Articulação das Comunidades Indígenas do Rio Negro; ACIBRN – Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro; AINBAL – Associação Indígena do Balaio; AIP – Associação Indígena Potira Capuano (Ilha das Flores); ACIRNE – Associação das Comunidades Indígenas do Rio Negro; ACIRX – Associação das Comunidades Indígenas do Rio Xié; ACIRI – Associação das Comunidades Indígenas do Rio Içana; AMAI – Associação das Mulheres Indígenas do Içana; OIBI – Organização Indígena da Bacia do Içana; ACITRUT – Associação das Comunidades Indígenas de Taracua, Rio Uaupés e Tiquié; AMITRUT – Associação das Mulheres Indígenas de Taracua, Rio Uaupés e Tiquié; UNIDI – União das Nações Indígenas do Distrito de Iauareté; UCIDI – União das Comunidades Indígenas do Distrito de Iauareté; UNIRT – União das Nações Indígenas do Rio Tiquié; ACIRU – Associação das Comunidades Indígenas do Rio Umari; CRETART – Conselho Regional das Tribos Indígenas do Rio Tiquié; FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro.

Foram feitos dois tipos de questionários: um por *comunidade* e outro por *domicílio*. Cada organização indígena ficou responsável pelo recenseamento das comunidades localizadas na região de sua jurisdição, nomeando alguns representantes (em geral, professores indígenas) como recenseadores. A coleta de dados teve início em agosto de 1992 e estendeu-se até novembro, em função das distâncias e enormes dificuldades de navegação, principalmente nas regiões de cabeceiras.

O recenseamento atingiu todas as comunidades indígenas do município de São Gabriel da Cachoeira, incluindo a população indígena que habita a sede do município e ainda algumas poucas comunidades do município contíguo, de Santa Isabel do Rio Negro. Os dados foram em seguida processados e armazenados em um programa "amigo", para que a FOIRN e demais lideranças da região pudessem consultar com eficiência e rapidez o banco de dados resultante.

As prioridades definidas em 1994 pela FOIRN para a análise dos dados do Censo dizem respeito sobretudo ao êxodo rural, que se manifesta no esvaziamento visível das comunidades e no processo de urbanização subsequente. As sedes dos distritos de Taracuá, Iauareté, Pari-Cachoeira, Assunção do Içana, Cucuí, assim como a sede do município de São Gabriel, estão crescendo em ritmo acelerado. Paralelamente, um contingente populacional expressivo parece continuar migrando da região para Manaus. As lideranças da FOIRN têm por objetivo, no médio prazo, organizar projetos de alternativas econômicas, bem como redefinir os programas de educação escolar e de atenção à saúde de modo a reverter esse quadro.

O Censo Indígena Autônomo constitui, como se observa, um instrumento fundamental para o movimento indígena, no sentido de permitir uma participação efetiva das comunidades na formulação e execução das políticas públicas para a região. A presente pesquisa só se tornou possível com a parceria com a FOIRN, que me solicitou uma continuidade da assessoria para o projeto do Censo, com o objetivo de produzir análises a partir de seus dados.

Perspectivas da pesquisa

Esta pesquisa pretende ser uma contribuição ao diálogo entre a Demografia e a Antropologia, mediante a

consideração de um caso específico, e procura desenvolver três linhas específicas:

1. Realizar uma análise demográfica dos dados produzidos pelo Censo Indígena Autônomo, assim como um levantamento e uma análise das fontes de demografia histórica (antigas e recentes) da região. Essas análises deverão enfatizar alguns problemas como o êxodo rural. Segundo depoimentos de várias lideranças indígenas da região, os grupos locais (lá chamados de *povoados* ou *comunidades*) estariam perdendo contingentes populacionais importantes, especialmente nos últimos dez anos. Uma primeira leitura dos dados produzidos pelo Censo Indígena Autônomo do Rio Negro permite associar esse êxodo diretamente às escolas indígenas mantidas pelos missionários e às perspectivas de subsistência, tendo em vista as mudanças provocadas pelo contato. Pretende-se fazer uma caracterização precisa e uma análise das causas desses movimentos da população, normalmente em direção aos centros urbanos, como a sede do município de São Gabriel da Cachoeira, ou mesmo Manaus.

2. Verificar os modelos analíticos formulados por Jackson, Hugh-Jones e Chemela sobre a exogamia lingüística dos povos tukano, considerando a totalidade das comunidades situadas no Brasil. A pesquisa pretende ainda (a) caracterizar com precisão as regras e as práticas de casamento e residência entre os povos de língua aruak e maku; (b) verificar o grau de distância genealógica e geográfica das trocas matrimoniais verificadas entre os povos do Rio Negro e (c) estabelecer as taxas de ocorrência de casamentos entendidos como troca direta entre os povos da região.

3. Realizar uma "descrição densa" (Geertz, 1978) do Censo como processo social que envolveu todos os povos indígenas da região e, ainda, uma análise da apropriação de seus resultados

pelas organizações indígenas, o que inclui observar como eles vêm sendo entendidos e utilizados, assim como seus possíveis desdobramentos (levantamentos populacionais em regiões não atingidas pelo Censo Indígena Autônomo de 1992, políticas de atualização periódica e/ou registros etc.) e seus

efeitos para o planejamento das políticas públicas direcionadas aos povos indígenas daquela região.

Essas três linhas de investigação dependem de um estudo sobre metodologias de demografia de sociedades de pequena escala.

Referências bibliográficas

- ADAMS, Kathleen e DAVID, Price. "The demography of small-scale societies: case studies from Lowland South America". *South American Indian Studies*, Bennington College, n. 4, 1994.
- AZEVEDO, Marta M. "Censo indígena: a experiência do Rio Negro". *Porantim*, CIMI/CNBB, ano XVI, n. 156, 1993.
- BUCHILLET, Dominique. "Pari Cachoeira: o laboratório Tukano do projeto Calha Norte". *Aconteceu Especial*, CEDI, n. 18, 1991.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. "Os índios no direito brasileiro hoje". In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.), *Os direitos do índio*, São Paulo, Brasiliense, 1987.
- CARVALHO, Sílvia Maria S. *Jurupari: estudos de mitologia brasileira*. São Paulo, Ática, 1979.
- CEDI. "Povos indígenas no Brasil 1983". *Aconteceu Especial*, CEDI, n. 14, 1983.
- _____. "Povos indígenas no Brasil 1987, 1988, 1989, 1990". *Aconteceu Especial*, CEDI, n. 18, 1991.
- CHERNELA, Janet M. "Estrutura social no Uaupés". *Anuário Antropológico 1981*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1981.
- CIMI. *Porantim*. CIMI/CNBB, n. 37, abril 1982.
- _____. "Levantamento da realidade indígena". *Porantim*, CIMI/CNBB, Ano IV, n. 31, 1992.
- FOIRN. *Wayuri*, 1992.
- _____. "Censo". *Wayuri*, FOIRN, n. 23, 1994.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- GOLDMAN, Irving. *The Cubeo: indians of the Northwest Amazon*. University of Illinois Press, 1963.
- HUGH-JONES, Christine. *From the Milk River; spatial and temporal processes in Northwest Amazonia*. Cambridge University Press, 1979.
- HUGH-JONES, Stephen. *The Palm and the Pleiades – initiation and cosmology in Northwest Amazonia*. Cambridge University Press, 1979.
- JACKSON, Jean. "Vaupés marriage practices". In: KENSINGER, Kenneth M. (ed.), *Marriage practices in Lowland South America*, University of Illinois Press, 1984.
- LEITE, Serafim S. J. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro, INL/Imprensa Nacional, vol. 4, 1947.
- MEIRA, Márcio. "Introdução". In: MEIRA, Márcio (org.), *Livro das Canoas: documentos para a história indígena da Amazônia*, Núcleo de História Indígena e do Indigenismo/FAPESP, 1994.
- MONTEIRO, John Manuel. "A dança dos números: a população indígena do Brasil desde 1500". *Tempo e Presença*, CEDI, Ano 16, n. 273, 1994.
- MORAES, José de. *História da Companhia de Jesus na extinta província do Maranhão e Pará*. Rio de Janeiro, 1860[1759].
- MORÁN, Emilio. *A ecología humana das populações da Amazônia*. Vozes, 1990.
- POZZOBON, Jorge. "Os Maku – esquecidos e discriminados". *Aconteceu Especial*, CEDI, n. 18, 1991.

SILVA, Márcio. "Os donos dos números". *Tupari*, Culabá, GTME, junho 1992.

SILVERWOOD-COPE, Peter L. *Os Makú: povo caçador do noroeste amazônico*. Brasília, Editora da UnB, 1990.

WRIGHT, Robin M. "História indígena do noroeste da Amazônia: hipóteses, questões e perspectivas". In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.), *História dos índios no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.